

PARECER Nº. 070/2006

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Relativo ao Projeto de Lei Nº 072/2006 "Veda a Contratação de Parentes para Cargos de Comissão e Funções Gratificadas no âmbito do Poder Executivo Municipal".

Entra em pauta nesta oportunidade o Projeto de Lei nº. 072/2006 de autoria do Vereador Aloísio Módolo de Almeida, lido na Sessão Ordinária do dia 21.11.2006 e encaminhado pelo Presidente para esta Comissão Técnica emitir parecer do mesmo.

Voto do relator em 12.12.2006

Juarez José Xavier
Relator

PRESENTE DO DIA
EM 12 / 12 / 2006
Aloísio Modolo de Almeida

É o parecer:

A matéria veda a ocupação de cargo em comissão e funções gratificadas, até o segundo grau, respectivamente, do prefeito, vice-prefeito e secretários, no âmbito do Poder Executivo Municipal.

A iniciativa do vereador tem que guardar sintonia com a Constituição Estadual, conforme o artigo 32, inciso VI "É vedado ao servidor público servir sob a direção imediata de cônjuge ou parente até segundo grau civil".

Portanto, o prefeito é a autoridade do Executivo que detém a competência de criar cargos, definir atribuições e requisitos para acessibilidade nos cargos de confiança, não podendo, de forma alguma, afastar da observância ao Princípio da Moralidade pública, insculpido no artigo 37, caput da Constituição Federal, como regra de efeito concreto e norma de estrutura do ordenamento jurídico brasileiro.

Diante do exposto, pedimos a atenção dos nobres pares, para que acompanhem a intenção desta comissão no sentido de aprovar a matéria em tela.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2006.

Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final

César Tadeu Ronchi
Presidente

Juarez José Xavier
Relator

Aloísio Modolo de Almeida
Secretário